

# **PERTENCIMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA: etnometodologia para o estudo da comunicação<sup>1</sup> MEMBERSHIP AS ANALYTIC CATEGORY: Ethnomethodology for Communication Studies**

Adriana Braga<sup>2</sup>  
Edison Gastaldo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar e discutir alguns fundamentos teóricos da noção de pertencimento como categoria analítica, a partir da perspectiva da técnica de pesquisa chamada de “Análise de Categorizações de Pertencimento” (ACP). Trata-se de uma abordagem metodológica naturalista, de orientação etnometodológica, que analisa fragmentos de interação comunicativa do ponto de vista dos procedimentos de categorização e classificação, bem como da interação entre categorias e seus predicados, do ponto de vista dos/as interagentes.

**Palavras-Chave:** Análise de Categorizações de Pertencimento. Etnometodologia. Pertencimento. Metodologia.

**Abstract:** *This paper presents and discusses some of the theoretical backgrounds of the notion of membership as an analytic category, departing from the approach of the research technique called “Membership Categorization Analysis” (MCA). It is a naturalistic methodological approach derived from Ethnomethodology in which fragments of communicative interaction are analyzed from the standpoint of the procedures of categorization and classification employed, as well as the interaction between categories and its predicates, from the standpoint of interactants.*

**Keywords:** *Membership Categorization Analysis. Ethnomethodology. Membership. Methodology*

---

## **1. Introdução**

No campo da comunicação, algumas noções parecem fundamentais no desenvolvimento de interpretações e caracterizações das várias facetas do processo comunicacional. A noção de pertencimento, embora se relacione com vários tópicos centrais

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Professora Doutora, Docente e Pesquisadora do PPGCOM – PUC-Rio e CNPq. [adrianabraga@puc-rio.br](mailto:adrianabraga@puc-rio.br)

<sup>3</sup> Professor Doutor, Docente e Pesquisador do CEP/FDC. [edisongastaldo@yahoo.com.br](mailto:edisongastaldo@yahoo.com.br)

da agenda de pesquisa da área, como identidade, política, gênero, representação social, mediação e estereótipo, permanece pouco explorada como tópico *per se*. Empregamos o termo “pertencimento” como tradução de “*membership*”, o ato ou a condição de ser membro, de “pertencer” a uma instituição ou grupo. Vista como um princípio elementar da vida em sociedade, a noção de pertencimento define a ontologia de cada ser humano. Afinal o que alguém “é” se define pela adesão – voluntária ou atribuída – a categorias de pertencimento. Assim, pertencimento implica vinculação a um sistema amplo de classificações e hierarquias, a matriz mesma da cultura de uma sociedade.

Este artigo tem por intenção apresentar e discutir alguns elementos da perspectiva metodológica da Análise de Categorizações de Pertencimento (ACP) aplicadas a objetos e fenômenos próprios dos estudos de comunicação. Nossa intenção é desenvolver o repertório teórico e metodológico disponível a pesquisadores/as de comunicação social no enfrentamento de suas questões de pesquisa.

A Análise de Categorizações de Pertencimento é uma abordagem metodológica de origem norte-americana, derivada da Etnometodologia de Harold Garfinkel (1967) e da Análise da Conversa Etnometodológica (Sacks, 1974; Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974). Trata-se de uma técnica de pesquisa naturalista (isto é, que aborda somente dados oriundos de situações sociais naturalmente ocorrentes), de fundamentação antropológica, que opera sua análise a partir das correlações lógicas inferíveis a partir de procedimentos de classificação e hierarquização das categorias de pertencimento empregadas nos discursos.

Sua ênfase no ponto de vista dos/as participantes da interação (evitando privilegiar o ponto de vista do/a analista) torna esta abordagem particularmente promissora para os estudos de comunicação, em especial aqueles dedicados a fenômenos de interação social.

## **2. Algumas Raízes Teóricas: do Pragmatismo à Etnometodologia**

A Análise de Categorizações de Pertencimento é um desenvolvimento recente de uma longa trajetória de pesquisa na filosofia da ciência. Suas raízes estão no pragmatismo norte-americano de fins do século XIX, particularmente a obra de Charles S. Peirce, John Dewey e William James, na fenomenologia europeia de Edmond Husserl, trazida para os Estados Unidos por Alfred Schütz e a Sociologia Formal de Georg Simmel, trazida para os Estados Unidos por Robert Ezra Park. A confluência destas perspectivas nas Ciências Sociais dos Estados Unidos influenciou importantes movimentos na história da ciência, como a Escola

Sociológica de Chicago e a Etnometodologia. A raiz comum a todas estas abordagens está no pragmatismo norteamericano e sua ênfase nas consequências, nos ‘efeitos sensíveis’.

O pragmatismo tem como premissa uma teoria do significado, segundo a qual *uma ‘concepção’* – o significado racional de uma expressão – *consiste em seus efeitos sensíveis sobre a conduta da vida* (Abbagnano, 1998, p. 784). Esta premissa que relaciona o saber à experiência concreta, implica uma orientação filosófica profundamente relativista e empiricista, que questiona em que medida a realidade humana é determinada pela sua capacidade de linguagem.

Segundo Charles Morris (1967), em perspectiva semiótica existem três abordagens distintas sobre o mundo: sintática, semântica e pragmática.

Enquanto a abordagem sintática privilegia a relação dos signos com outros signos, a abordagem semântica privilegia a relação dos signos com seus significantes. A abordagem pragmática, por sua vez, privilegia a relação dos signos com os interpretantes, com as consequências, tal como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a ecologia das mídias e demais abordagens naturalistas.

O aporte fenomenológico das perspectivas naturalistas vem da obra de Edmund Husserl (1931), desenvolvida posteriormente por Alfred Schütz (1967). A fenomenologia de Husserl criticou a ideia positivista da ‘objetividade’ da ciência, ao propor que os objetos do mundo são constituídos pelos modos como as pessoas atuam intencionalmente com relação a eles, ao invés de simplesmente existirem materialmente e exibirem suas propriedades. Este ponto de partida fenomenológico foi aplicado à ideia de ‘ação social’ por um seguidor de Husserl, o filósofo Alfred Schütz, que se mudou para os Estados Unidos no fim dos anos 1930, fugindo da perseguição nazista. O interesse de Schütz era de estender a fenomenologia ao estudo da vida social, e assim, ele começou a trabalhar em um modelo ‘praxiológico’, isto é, que se baseava nas práticas sociais empiricamente ocorrentes.

É interessante enfatizar o conceito de ‘atitude natural’, que Schütz tomou de Husserl e ao qual deu valor central. A atitude natural não é pensada convencionalmente, como uma atitude individual baseada na psicologia, mas como uma orientação intersubjetivamente compartilhada. Ela envolve nossa orientação rotineira, de senso-comum, de um mundo que os/as membros/as de cada cultura compartilham. Este é o mundo que nos é dado por nosso saber cultural de senso-comum e nossos métodos, procedimentos e racionalizações da vida cotidiana, e ele contrasta com ‘campos finitos de significação’ – grupos limitados que

acumulam ‘saber especializado’ (o direito, a religião, a medicina ou a ciência são alguns exemplos). A atitude da vida cotidiana envolve questões, métodos e saberes *práticos*, e não *teóricos*, como aqueles envolvidos em realizar tarefas rotineiras, e de fazê-lo de modo reconhecível como tal por outras pessoas.

Nos Estados Unidos, Schütz desenvolveu sua própria teoria da ação social, que, incluindo a contribuição de George Herbert Mead, resultou no livro *The Phenomenology of the Social World* (‘A Fenomenologia do Mundo Social’), publicado pela primeira vez em 1932. (Schütz, 1967)

O terceiro eixo teórico a fundamentar as perspectivas naturalistas foi a Sociologia Formal de Georg Simmel. (Simmel, 1983) Em 1914, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago contratou um jovem jornalista, que havia passado vários anos estudando na Europa, Robert Ezra Park. Em Berlim, Park havia assistido a palestras ministradas por um *Privatdozent* muito popular entre o grande público, mas pouco entre os acadêmicos, chamado Georg Simmel. A ‘sociologia formal’ proposta por Simmel buscava isolar, partindo das situações da vida cotidiana, os elementos formais, estruturantes. Uma sociologia distinta das análises marxistas, weberianas ou durkheimianas. Cada uma a seu modo, todas as três principais teorias sociológicas pensaram a sociedade de um ponto de vista global, como um fenômeno amplo; Simmel partiu do ponto de vista do empiricamente observável, das situações da vida cotidiana, para, a partir daí, pensar a vida em sociedade e suas dinâmicas.

Com o ocaso da Escola de Chicago, nos anos 1960, as perspectivas naturalistas tiveram seguimento com o desenvolvimento da Etnometodologia, que iniciou com a leitura que Garfinkel fez dos textos de Schütz, entre o final dos anos 1950 e início dos 1960<sup>4</sup>. Garfinkel desejava uma sociologia que não tivesse uma única técnica, tal como a “análise de variáveis” de fundamentação estatística. Ele recusava uma sociologia que pretendia ser científica, mas que acabava em ‘cientificismo’, algo que aparenta ser – e se apresenta como – ‘científico’, mas que seria de fato uma forma de metafísica.

A proposta de Garfinkel foi criar a etnometodologia, uma abordagem naturalista das ciências sociais, no final dos anos 1960. Seu principal objeto de interesse são os métodos

---

<sup>4</sup> Deve-se destacar o papel de Erving Goffman na continuidade entre a sociologia interacionista e a etnometodologia. Formado em Chicago, Goffman recomendou decisivamente a publicação de *Studies in Ethnomethodology* em 1967. Ver, nesse sentido, Watson e Gastaldo (2015).

usados pelas pessoas comuns da sociedade para dar sentido às coisas do mundo. O termo ‘etnometodologia’ foi criado por Garfinkel e apresentado em seu livro *Studies in Ethnomethodology* (1967) referindo-se ao *estudo (logos)* dos *métodos* usados pelas pessoas/grupos (*ethnos*) em suas vidas cotidianas, entendidos como processos de produção de sentido. Assim, surge o termo composto etno+método+logia. (Watson e Gastaldo, 2015, p. 13)

Para ele, se formos pesquisar os modos pelos quais as pessoas agem em determinados contextos, esses contextos são tão diversos e variáveis que sempre será necessário recomeçar, fazendo ajustes para cada situação particular.

### 3. A Análise da Conversa Etnometodológica

O criador da Análise da Conversa foi Harvey Sacks, com a colaboração de Emanuel A. Schegloff e Gail Jefferson. (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974) A Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) conquistou o mundo tanto nas ciências sociais quanto (talvez até mais) na Linguística e em áreas ligadas a ela, como os estudos de comunicação, análises de discurso de diferentes matizes e áreas disciplinares de fronteira, como a Sociolinguística Interacional.

Esse modelo interacional para análise da conversa pode ser chamado de “modelo êmico”, que é usado por determinações práticas, não teóricas, no nível da vida cotidiana, pelas pessoas comuns, falantes de qualquer língua.

Tomada como um tipo de sociologia, a ACE – especialmente na fase inicial – tem muito em comum com a Etnometodologia, e uma das coisas que elas têm em comum é que seu título não designa um método analítico profissional, mas um *tópico* para atenção analítica. Esse tópico é complexo e múltiplo, mas é um tópico genérico, e um objeto digno de nossa atenção por si mesmo. Como Georg Simmel (1983) observou, a conversa é a mais ubíqua, a mais precisa e singular das formas de sociação (hoje diríamos *interação social*). É curioso, entretanto, que ciências como a Sociologia e mesmo os Estudos de Comunicação raramente a tenham estudado profundamente ou lhe concedido alguma centralidade.

Assim como a Etnometodologia, o termo Análise da Conversa designa a análise de senso comum, os etnométodos empregados pelas pessoas enquanto conversam, visando a produzir não somente frases, mas perguntas, respostas, convites, saudações, despedidas etc. Esta “análise prática” ocorre durante as conversas dos interlocutores, que ao mesmo tempo

produzem e monitoram sequências discursivas alternadas, na complexa atividade prática de conversar.

#### 4. Sobre a Análise de Categorizações de Pertencimento

Desde suas primeiras publicações e aulas, Sacks refere-se a *categorizações de pertencimento* (ou *categorizações de pertença*, em algumas traduções). Sacks era um entusiasta de etnografias, e adaptou sua posição geral inicial sobre as categorizações de pertencimento de uma abordagem antropológica cognitiva, chamada de “etnociência” ou “análise componencial”. A análise componencial focaliza o conhecimento leigo e sua encarnação linguística, ou “enquadramento” (*framing*). Seguindo essa linha de raciocínio, os pesquisadores examinavam *termos* – termos empregados para descrever as plantas, as pessoas, as bebidas, os animais etc – e tratavam esses termos como se estivessem organizados em uma “grade semântica”, da qual um termo isolado seria um componente. Assim, por exemplo, podemos obter uma “etnobotânica”, focalizando a grade de termos nativos que uma dada cultura aplica às plantas. As grades semânticas eram vistas como sendo relativamente autônomas, e eram acionadas pelos membros da sociedade – tipicamente, sociedades tribais tradicionais – na condução de suas vidas cotidianas. Para a etnometodologia e a análise da conversa, a análise componencial trouxe uma série de vantagens. Para começar, essa abordagem antropológica tratava os membros da sociedade como pessoas que possuem (e usam) saberes culturais organizados. Além disso, ela enfatiza a ação, as práticas sociais e a linguagem. Esses aspectos eram realmente importantes para a etnometodologia e não eram encontrados facilmente na ciência social convencional. O ponto desfavorável da análise componencial era o forte elemento de cognitivismo, e a descontextualização. As grades semânticas da etnobotânica, da etnomedicina ou do etnoparentesco eram vistas pelos etnocientistas como se fossem estruturas autônomas. Cada termo (o nome de uma planta, por exemplo) era visto de um modo “quase-estrutural” como componente ou unidade de sentido do que seria uma “grade subjacente”, uma espécie de núcleo de significado que retinha reminiscências semânticas com sua posição estrutural na grade.

Assim, embora admirando e utilizando muitos elementos da análise componencial, Sacks modificou criticamente essa abordagem, eliminando aos poucos seus aspectos

cognitivistas. Seu primeiro movimento foi começar a tratar a categorização em termos mais praxiológicos.

Ele pensou em *categorizações*, e não em *categorias*. Qualquer pessoa pode ser categorialmente descrita ou referida por um grande número de categorizações: *mulher, brasileira, próxima da fila, paulista, ciclista, foliã, madrinha, voluntária* etc. Assim, uma primeira questão diz respeito à escolha contextualmente ocasionada de uma (raramente mais de uma) categorização sobre as outras. “Qual” categoria é acionada “nesta” situação específica? Elementos contextuais como a ocasião específica para falar, o tópico conversacional em questão etc., também são pertinentes aqui.

As primeiras aproximações no sentido da Análise de Categorizações de Pertencimento – e também da Análise da Conversa – estão em uma pesquisa realizada no final dos anos 1960 por Harvey Sacks e Harold Garfinkel junto a um Centro de Prevenção do Suicídio nos Estados Unidos. Tratava-se de uma instituição que prestava apoio psicológico a pessoas anônimas, por telefone. Sacks teve acesso a centenas de horas de gravações dessas ligações telefônicas.

Certa vez, Sacks (1972a) declarou que, no início de sua pesquisa, não fazia ideia do que iria encontrar naquele *corpus* de gravações de telefonemas de pessoas perturbadas para conselheiros treinados para prevenir suicídios, e não sabia o que fazer para analisar aqueles dados. Na história das ciências sociais até então, não havia precedentes para a análise do mais comum dos fenômenos sociais, a troca de falas, a conversa. Assim, ele começou procurando recorrências e padrões. Uma recorrência que ele encontrou foi que frequentemente as pessoas que ligavam iniciavam dizendo algo como “*não tenho ninguém a quem pedir ajuda*”. Outra recorrência foi que essas pessoas pediam desculpas por “ligarem para um estranho” em vez de falarem com seu/sua esposo/a. “*Estranho*” é uma categorização de pertencimento, uma entre muitas descrições categoriais de pessoas. Para Sacks, a ideia de *categorização de pertencimento* refere-se a essas descrições de pessoas na linguagem cotidiana. (Sacks, 1968)

Embora haja nessa pesquisa alguns precedentes do que viria a ser a análise sequencial (principal vertente da ACE, dedicada a explorar o modo como o ordenamento dos turnos de fala expressa a ordem da interação), a principal preocupação de Sacks naquele momento eram as categorizações.

Existe um texto canônico de Harvey Sacks (1972b), que é conhecido como a origem da Análise de Categorização de Pertencimento. Nesse artigo, chamado *On the Analysability of*

*Stories by Children* [Sobre a analisabilidade de histórias de crianças’], Sacks analisa a seguinte história, contada por uma criança muito pequena:

*O bebê chorou. A mamãe pegou ele.*

[no original: *The baby cried. The mommy picked it up.*]

O enunciado foi recolhido de um livro chamado *Children Tell Stories*. Sacks encontrou, nesse enunciado aparentemente simples, elementos de uma história: uma sequência de dois eventos temporalmente organizados como “primeiro isto, depois aquilo”, além de um pacote normativo de identidades/categorizações, tudo em um só enunciado. O principal ponto de Sacks, nesse artigo, diz respeito ao aparato de conhecimento cultural que os membros da sociedade usam para categorizar as pessoas, e o modo como usam ativamente categorizações de pertencimento para, por exemplo, elogiar ou insultar.

Como vimos, qualquer pessoa pode potencialmente ser descrita por meio de uma grande variedade de categorizações de pertencimento. Qual categoria será selecionada em dada situação social, então, é uma questão de relevância contextual. Considerando essa relevância, uma categorização é, tipicamente, referencial: não é necessário proliferar descrições categoriais para referir uma pessoa em uma situação natural. É a isto que Sacks chama de *regra da economia*.

Além disso, Sacks afirma que muitas categorias de pertencimento são agrupadas em coleções. Algumas dessas coleções são chamadas de *coleções naturais*, como a coleção *família*, que reúne as categorias *mãe*, *pai*, *irmão*, *primo* etc. Trata-se de conjuntos de categorias fortemente convencionais, ao contrário de coleções ocasionais. Sacks denomina essas coleções naturais de *mecanismos de categorização de pertencimento* (MCP), e eles implicam em outra regra normativa, denominada *regra da consistência*. Sacks tem muitas formulações desta regra, mas ela pode ser definida nos seguintes termos (Sacks, 1974, p.219): “se duas categorias de pertencimento ocorrem próximas uma da outra, e elas podem ser consideradas como parte do mesmo MCP, então elas devem ser consideradas assim”. A regra da consistência é uma regra para a cosseleção de categorias de pertencimento, neste caso, *bebê* e *mamãe* devem ser entendidos como parte do MCP *família*.

Além disso, alguns MCPs são conhecidos por serem duplicativamente organizados, ou seja, sua organização categorial tem a propriedade de uma *equipe*. Por exemplo, o MCP *família* se divide em unidades em forma de equipe, como “a família Lima”, “a família Corleone” etc. Assim, uma consequência da regra da consistência é que, se duas ou mais

categorias de pertencimento próximas são tratadas como parte do mesmo MCP, e este MCP é duplamente organizado, deve-se considerá-las assim. Desta forma, não apenas ouvimos as categorias de pertencimento *bebê* e *mamãe* como vindo do mesmo MCP, *família*, mas também consideramos que a mamãe e o bebê pertencem à *mesma* família, ou seja, que a mamãe em questão é a mãe *daquele* bebê.

Essa análise mostra que ouvir não é, para a ACP, apenas recepção passiva e inerte, mas um processo ativo que, como todas as ações, possui caráter metódico, guiado pelas regras procedimentais chamadas *regras da audiência*. Assim, a produção de um enunciado é reciprocamente ativa, uma questão oral-auditiva. Este é um dos pontos pelos quais a ACP defende que a produção de enunciados é um processo multilateral, em vez de ser simples arbítrio do enunciador. Para isso, precisamos levar em conta as práticas de audiência e as regras da audiência que as guiam.

Ouvir não é uma prática inequívoca. Há situações em que há duas ou mais coisas a serem ouvidas em um enunciado. Por exemplo, Sacks mostra que as categorias *bebê* e *mamãe* podem ser pensadas não como vindo do MCP *família*, mas do MCP *estágio da vida*. Este MCP pode ser visto como hierarquicamente organizado, e a categoria *mamãe* está em posição superior à categoria *bebê*. MCPs podem ter características específicas como essas. *Qual* MCP será selecionado é, mais uma vez, uma questão do contexto. A condição contextual é ativada por meio do que Sacks chama de *atividades categorialmente-conectadas* (ACC).

ACCs são atividades que, em dada cultura, são convencionalmente ligadas a uma categorização. Por exemplo, a ação *chorar* é convencionalmente ligada à categoria de pertencimento *bebê*. Se um menino de 9 ou 10 anos começar a chorar, seus pais podem repreendê-lo, categorizando-o como um “bebezão”. Considerando a propriedade hierárquica do MCP *estágio da vida*, isto implica em um rebaixamento do garoto nesse sistema. O rebaixamento pode funcionar como uma provocação, quase um insulto, e assim pode realizar a ação de sancionar negativamente o menino, como uma prática de admoestação, ou seja, uma ação de controle social expresso pela interação. Entretanto, de modo a que esta sanção funcione como tal, o MCP *estágio da vida* e não o MCP *família* deve ser selecionado/ouvido.

Outra característica das categorizações de pertencimento é sua disponibilidade visual. Muitas categorizações de pertencimento, como estágio de vida, estado civil, gênero, etnia, classe, podem ter expressão visível, assim como as relações a que Goffman chamou de “com”: mães *com* crianças (e aqui a regra da consistência torna-se visível), maridos *com*

esposas etc. Ou seja, nos termos das abordagens naturalistas, existe uma ordem visual na organização social, e uma proporção significativa dessa ordem se organiza em torno de categorizações de pertencimento, mesmo no espaço público (Watson, 2005). A ordem visual é frequentemente parte da ordem conversacional: a ordem da interação conversacional também tem disponibilidade visual. Elementos orais, auditivos e verbais (bem como táteis ou olfativos) estão todos inter-relacionados na trama da interação.<sup>5</sup>

Com base em sua análise das gravações, Sacks descreveu dois conjuntos de *Pares Relacionais Padrão* (PRP) de categorizações de pertencimento. PRPs são pares categoriais convencionalmente relacionados, como *marido-mulher*, *pai-mãe*, *médico/a-paciente*, *professor/a-aluno/a* etc.

O primeiro conjunto de PRPs foi denominado de *coleção de pares relacionais*. Trata-se de uma coleção de pares de categorias a cujos incumbentes pode-se recorrer apropriadamente em busca de ajuda (ver Sacks, 1978). Uma das diferenças entre a perspectiva de Sacks e a análise componencial é que a coleção de PRs não é uma grade autônoma e superestruturante, mas antes, um “objeto composto”, pares de categorias de pertencimento agrupadas *contextualmente*, por sua relevância *naquela* situação. O contexto relevante, no caso, aquele para o qual estão orientadas tanto a pessoa que liga quanto a que atende, girava em torno dos problemas pessoais relatados e do pedido de ajuda em relação àquela situação. A coleção de PRs, então, é um conjunto de pares de categorizações reunido, *aqui e agora*, para formular *este* pedido de ajuda. A categoria de pertencimento “*estranho*” não faz parte da coleção de PRs: um dos predicados desta categorização é que não é apropriado recorrer a um *estranho* em caso de necessidade.

O segundo conjunto de Pares Relacionais Padrão foi chamado por Sacks de “coleção K”, que envolve o par *cliente-profissional* (entendido como um profissional que ajuda com problemas pessoais). A relevância desse conjunto é dada pelo contexto de alguém procurando ajuda para seus problemas pessoais. O próprio Centro de Prevenção do Suicídio conta com profissionais com quem os clientes podem conversar sob a rubrica do PRP *cliente-profissional*. Sacks mostra que as categorizações de pertencimento são locais para a imputação de direitos e obrigações normativos – neste caso, o direito dos clientes de ligar

---

<sup>5</sup> Mesmo em interações discursivas mediadas por dispositivos técnicos, elementos extra textuais fazem parte ativa do processo comunicacional, com as especificidades de cada dispositivo.

para um profissional (tipicamente, naquele caso, um/a psicólogo/a, e a obrigação do/a profissional de tentar ajudar. Obviamente, os problemas declarados pelo/a cliente devem estar sob a rubrica organizacional do Centro de Prevenção do Suicídio. Clientes não podem pedir para o CPS emprestar-lhes dinheiro, infringir a lei, denunciar uma pessoa para a polícia etc., mesmo que isso pudesse hipoteticamente resolver o problema pessoal do/a cliente.

Parte desse processo é expresso no ordenamento ocorrente nos telefonemas, em que a ordem ganha sua forma com referência às duas coleções de PRPs. Tanto nas categorizações de pertencimento quanto na sequencialidade, Sacks encontra “ordem por toda parte”. Essa ordem social é culturalmente metódica e serial. Há duas ordens seriais em relação a essas categorizações, e cada uma delas usa as coleções de categorias PR e K como suas bases.

A coleção PR é organizada em termos de uma hierarquia de prioridades normativas a propósito de categorias de pessoas que têm o *direito de saber* sobre os problemas da pessoa; eles/as também têm o direito de ajudar, e ajudar antes de qualquer incumbente de outra categoria. Se a pessoa é casada, a posição de primeira prioridade pertence ao/à marido/esposa. Se for solteiro/a, a primeira posição pode pertencer aos pais, ou, se forem falecidos, a um/a irmã/o. Assim, se a pessoa que liga apresenta-se sob a categoria *marido*, isto já implica em um dado de contexto. Se, por exemplo, ele não puder recorrer à esposa por algum motivo (por exemplo, se o problema for devido a adultério), poderia procurar seus pais, irmã/os, e assim por diante. Assim, a busca por ajuda adquire um padrão, um método. Sacks descobriu que as pessoas que ligavam para o CPS frequentemente relatavam não poder recorrer a seus pares preferenciais da coleção PR. Por exemplo, pessoas gays não declaradas relatavam não poder recorrer a seus pais, e pessoas envolvidas em uma situação de adultério não se sentiam à vontade para confiar nem na família, nem em amigos, isto é, em ninguém da coleção PR.

No contexto da pesquisa de Sacks, parece pouco provável que o primeiro movimento de uma pessoa atormentada fosse ligar para o CPS. Este ato pode ser parte de uma busca metódica por ajuda, uma busca à qual os dados de Sacks constantemente se referem. As pessoas que ligam, assim, *terminaram ligando* para o CPS – por isso o recorrente pedido de desculpas por “falar com um estranho” – uma categoria a quem não é apropriado pedir ajuda, mesmo se tratando de um(a) “profissional” (outra categoria a que as pessoas que ligam se referem com frequência, como um atenuante).

Como Sacks desenvolveu seus temas tratando ao mesmo tempo das categorizações de pertencimento e seu ordenamento sequencial (tomada de turno), ele gradualmente reduziu a zero os resíduos da análise componencial, e começou a integrar a análise de categorização com a análise sequencial. Um desenvolvimento particularmente bem-sucedido deste empreendimento diz respeito às categorizações de pertencimento entre falantes telefônicos. O par de categorias (*pessoa que liga-pessoa que atende*) é dado pelo padrão específico da sequência inicial de abertura de uma conversa telefônica, ou seja, “quem fala primeiro”, “quem chama quem”. Isto se relaciona com a organização sequencial coordenada para iniciar a conversa (ver, por exemplo, Sacks 1992, vol. 2, Aula de 19 de abril de 1971).

Essas categorias, acionadas para realizar uma chamada telefônica, são o que podemos chamar de categorias “formadas pelo turno”, e sua indicialidade é particularmente visível, ou seja, a atribuição de uma pessoa a uma ou outra categoria depende do contexto, de, a cada telefonema, saber “quem liga para quem”. Isto mostra uma integração completa entre ordenamento de turnos e etnométodos de categorização. Categorizações formadas por turnos são uma parte tão inextricável das práticas de tomada de turno que elas são, para todos os fins práticos ou analíticos, inseparáveis. Assim, ambas são intrínsecas à conversa. Elas também expurgam qualquer reminiscência estruturalista da análise componencial das categorizações de pertencimento, pela sujeição dos fenômenos de categorização a um tratamento praxiológico exaustivo, um tratamento que a EM, a ACE e a ACP têm em comum. Pensar a ordem conversacional em termos de sequências de turnos de enunciados e categorizações de pertencimento permite ampliar as possibilidades analíticas tanto de um único turno de fala quanto de sequências de turnos. Se realmente quisermos ver a “ordem por toda parte” em uma conversa, precisamos levar em conta os fenômenos de categorização, senão, pelo menos parte do fenômeno se perderá, como os elementos normativos da conversa. Neste sentido, é conveniente lembrar a observação de Sacks de que as categorizações de pertencimento são os locais nos quais se realizam conversacionalmente as imputações normativas de direitos e obrigações.

Desde que a noção de *categorias formadas por turnos* foi proposta, ela passou a ser aplicada a outros sistemas interacionais de tomada de turno, como filas em lugares públicos, ou o fluxo de pedestres nestes espaços. Assim, categorizações de pertencimento tais como “primeiro da fila”, “segundo da fila” ou “último da fila” são formadas e distribuídas pela ordem de chegada das pessoas na fila, e vão se modificando à medida que as pessoas na fila

vão sendo atendidas. Com paciência, o “último da fila” será o “primeiro”. Assim, os lugares em uma fila também são categorizações, que distribuem diferencialmente direitos e obrigações às pessoas que participam da fila (Watson, 2005).

## 5. Análise de Categorizações de Pertencimento aplicadas a fenômenos comunicacionais

Finalmente, gostaríamos de destacar o potencial da ACP como ferramenta metodológica para o estudo de fenômenos tradicionalmente pesquisados pelo campo da comunicação. Tradicionalmente, a pesquisa em Análise de Categorizações de Pertencimento aborda fenômenos de “fala-em-interação”, isto é, situações de interação social mediada pela conversação, seja face-a-face ou mediada tecnologicamente. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de Ostermann (2006), em que são analisados depoimentos de mulheres vítimas de agressão em uma Delegacia da Mulher, ou a pesquisa de Marcia Del Corona (2017) sobre as dificuldades de formulação do local de uma ocorrência entre solicitantes e atendentes de chamadas telefônicas para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que a Análise de Categorizações de Pertencimento possa ser produtiva como ferramenta de investigação para uma série de objetos de pesquisa em Ciências da Comunicação.

A ACP usualmente lida com categorizações de pertencimento atribuídas aos sujeitos, agentes sociais, entretanto é possível observar que categorizações e predicados também são atribuídas a “coisas” como práticas sociais, ideias, leis, atividades ou instituições.

Uma abordagem praxiológica, ao circunscrever um objeto de comunicação midiática (seja um programa de rádio, televisão, interação em entrevistas, jornalismo, ficção, história em quadrinhos, publicidade, etc), identificará um fato empírico, ponto de partida da análise: *esta* peça foi veiculada *neste* contexto. Como o enunciador se apresenta? A quem se dirige? Com que categorizações? Que predicados, coleções, pares relacionais e hierarquizações são acionados dentro da lógica do texto? Que recursos retóricos são acionados por essas categorizações?

Na tentativa de estender o potencial analítico desta teoria metodológica para os textos midiáticos, alguns exercícios foram realizados, apontando caminhos promissores para o desenvolvimento da pesquisa nesta abordagem. Um exemplo de aplicação da ACP a objetos de comunicação foi a análise de textos jornalísticos, realizada por Braga, A., Gastaldo e

Guimarães (2016). Em materiais de gêneros jornalísticos variados, os textos apresentam uma grande quantidade de categorizações de pertencimento utilizadas por leitores/as, jornalistas e cronistas atribuídas não só aos sujeitos, atores sociais, mas também às instituições, às atividades, às leis, ao Estado e à sociedade. Materiais jornalísticos são um texto complexo, com grande potencial analítico.

Em um estudo clássico da Análise de Categorizações de Pertencimento britânica, chamado *“Innocent victims and evil-doers”*, John Lee (1984) analisou a manchete de um jornal sensacionalista da Inglaterra, envolvendo uma menina escoteira e uma convenção de membros da gangue Hell’s Angels, enfatizando o trabalho retórico realizado pela manchete por meio do par complementar “vítima inocente – malfeitor” e reiterando os contrastes produzidos por meio de categorizações e predicados.

No artigo de Lee, a análise detalhada de uma simples manchete sensacionalista revela os mecanismos retóricos de sedução e interação com potenciais leitores/as por meio de categorizações de pertencimento e seus predicados. A indiferença etnometodológica de Lee fica expressa na frase final do artigo, em que ele considera ser irrelevante a veracidade da notícia: *“Lies work the same manner as the truth”* (“Mentiras funcionam do mesmo modo que a verdade”, uma advertência prudente em tempos de *fake news*).

Com relação a textos de imprensa, destacamos o trabalho de Eglin e Hester (2003), em que a análise da cobertura jornalística de um massacre ocorrido no Canadá em 1989, em que 14 mulheres foram assassinadas por um atirador sob a alegação de serem “feministas”. Os mecanismos de categorização de pertencimento empregados tanto pelo assassino quanto pelo discurso da imprensa expressam matizes sutis de posicionamento tanto dos enunciadores individuais – testemunhas e autoridades – quanto institucionais – os próprios veículos de comunicação, que “falam” em seus editoriais.

Finalmente, como exemplo de uma pesquisa de ACP realizada em ambientes digitais, gostaríamos de indicar o trabalho de Hall *et alii* (2012), em que as categorias de pertencimento relacionadas aos termos “metrossexualidade” e “novas masculinidades” foram avaliadas em função dos predicados associados a elas em um fórum público de discussão sobre estes temas.

## 6. Conclusão

Recentemente, um bom número de pesquisadores/as do campo da Comunicação passou a dedicar atenção a fenômenos ligados às pessoas comuns e seu cotidiano (Bretas, 2008), ao saber de senso comum (Rodrigues, 2017) à “ciência do comum” (Sodré, 2014) e a processos interacionais (Braga, J.L. 2012). As abordagens naturalistas fornecem há mais de cinquenta anos um arcabouço conceitual e metodológico dedicado justamente a estes fenômenos e sua complexidade. Como capturar o particular, o singular de uma situação social específica? Como adentrar os mistérios de um mundo feito de significados compartilhados desigualmente, em que meias palavras dizem significados inteiros? Em que um olhar contradiz ou ironiza as palavras ditas? A noção de pertencimento, o ato de pertencer, de fazer parte, de ser membro continuam a ser poderosos elementos de socialização, vetor tanto de inclusão social quanto de preconceito e estigmatização. A diferença entre um “estabelecido” e um “outsider” (Elias e Scotson, 2000) é uma questão de categorização de pertencimento, assim como o debate em torno de cotas raciais e da identificação de moradores das favelas do Rio de Janeiro por soldados. Quem é “bandido” e quem é “cidadão”? As perspectivas naturalistas oferecem um caminho teórico e metodológico importante para pesquisadores/as da comunicação. Este artigo é um convite a sua exploração.

## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAGA, A., GASTALDO, É. e GUIMARÃES, J. “Análise de Categorizações de Pertencimento nos Estudos de Comunicação: um ensaio de metodologia aplicada” in: **Brazilian Journalism Research**. Vol 12, n.2, 2016.
- BRAGA, J. L. “Interação como context da comunicação” in: **Matrizes**, Vol 6, n.1, 2012.
- BRAGA, V. E. “A Organização Conversacional das Sequências de Abertura do Programa Roda Viva: processos de contextualização midiaticizada”. In: **Caderno de Resumos do I Encontro de Análise da Conversa Etnometodológica**. Porto Alegre: UFRGS/UNISINOS, 2017.
- BRETAS, B. “Pessoas comuns e ocupações midiáticas” in: **Logos**. 29, vol 16, n.2, 2008.
- DEL CORONA, M. “Formulações de lugar em ligações de emergência para a Brigada Militar” In: **Caderno de Resumos do I Encontro de Análise da Conversa Etnometodológica**. Porto Alegre: UFRGS/UNISINOS, 2017.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

HALL, Matthew, GOUGH, Brendan, SEYMOUR-SMITH, Sarah, HANSEN, Susan. "On-line constructions of metrosexuality and masculinities: A membership categorization analysis". In: **Gender & Language**. Vol. 6 Issue 2, pp. 379-403, 2012.

HESTER, S. e EGLIN, P.(eds.): **Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis**. Washington, D.C. International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis and University Press of America, 1997.

HESTER, S. e EGLIN, P.(eds.): **The Montreal Massacre: a story of membership categorization analysis** Waterloo, Canada: Wilfrid Laurier University Press, 2003.

HUSSERL, E. **Cartesian Meditations: an introduction to phenomenology**. Paris: Armand Collin, 1931.

LEE, J. "Innocent Victims and Evil Doers" in: **Women's Studies International Forum**. Volume 7, Issue 1, 1984.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

MORRIS, C. "Introduction" in: MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

OSTERMANN, A. C. "Comunidades de Prática: Gênero, trabalho e face" in: HEBERLE, V., OSTETRMANN, A., e FIGUEIREDO, D. (orgs.) **Linguagem e Gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

RODRIGUES, A. D. "A Natureza Etnometodológica do Senso Comum". In: Anais do Pentálogo VIII – **CISECO**. Japaratinga, AL: UFAL, 2017.

SACKS, H. 'The Search For Help: No-One To Turn To' in SHNEIDMAN, E. S. (ed.): **Essays in Self-Destruction**. New York: Science House Publishers, 1968.

SACKS, H. 'An Initial Investigation of the Usability of Conversational Data for Doing Sociology', in SUDNOW, D. (ed.): **Studies in Social Interaction** New York: The Free Press, 1972a.

SACKS, H. 'On Analysability of Stories by Children', in TURNER, R. (ed.): **Ethnomethodology**. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1972b.

SACKS, H. 'Everyone Has to Lie', in SANCHES, M. and BLOUNT, B. G. (eds.): **Sociocultural Dimensions of Language Use**. New York: Academic Press, 1975.

SACKS, H. **Lectures on Conversation** (2 volumes). Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E., e JEFFERSON, G. "A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation" in: **Language**, Vol. 50, No. 4, Part 1, 1974.

SCHÜTZ, A. **The Phenomenology of the Social World**. Chicago: Northwestern University Press, 1967.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SODRÉ, M. **A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

WATSON, R. 'Categorization, Authorization and Blame-Negotiation in Conversation'. **Sociology**, vol. 12, no. 1, (January), 1978.

WATSON, R. 'Some General Reflections on "Categorization" and "Sequence" in the analysis of conversation', in HESTER, S. e EGLIN, P.(eds.): **Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis**.

Washington, D.C. International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis and University Press of America, 1997.

WATSON, R. 'The Visibility Arrangements of Public Space: Conceptual and Methodological Issues in Analysing Pedestrian Movements' in: **Communication and Cognition**, vol. 30, no. 4 (July), 2005.

WATSON, R. e GASTALDO, É. **Etnometodologia & Análise da Conversa**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2015.